

## Percepções de alunos (as) com deficiência visual em relação aos desafios do processo ensino-aprendizagem na educação superior

**Thelma Helena C. Chahini<sup>1</sup>, Sylvania dos S. Rabêlo<sup>2</sup>, João B. Batista<sup>3</sup>.**

1. Docente da Universidade Federal do Maranhão - UFMA; \*thelmachahini@hotmail.com

2. Estudante de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão - UFMA

3. Graduado em Música pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Palavras Chave: *Políticas educacionais, Deficiência visual, Educação superior, Inclusão*

### Introdução

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva esclarece, dentre outros, que na educação superior, a educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos (BRASIL, 2007). Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços à promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão. Nesse contexto, questiona-se: quais as percepções dos discentes com deficiência visual da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em relação à operacionalização da referida Política, bem como os desafios do processo ensino-aprendizagem na Educação Superior? Para dar conta de responder ao problema levantado, elencou-se como objetivo primário investigar as percepções dos discentes com deficiência visual da UFMA em relação à operacionalização da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, bem como os desafios do processo ensino-aprendizagem na Educação Superior.

### Resultados e Discussão

Realizou-se uma pesquisa exploratória, descritiva. Os participantes foram 10 discentes com deficiência visual. Sendo 09 alunos do sexo masculino e 01 do sexo feminino, com idade entre 21 e 43 anos. Pertencentes aos Cursos de Licenciatura em Música, Teatro, Artes Visuais, Filosofia, História, Geografia, Letras (Habitação em Inglês), Ciências Sociais (Bacharelado) e Geografia (Bacharelado). Os instrumentos foram entrevistas semiestruturadas. Todos os participantes ingressaram na UFMA por meio do Sistema de Cotas. A maioria (90%) relatou insatisfação com a questão da acessibilidade na UFMA. Os discentes foram unânimes ao afirmar que os docentes não se encontram qualificados para o processo ensino-aprendizagem de alunos (as) com deficiência visual. Os dados revelam que existe um bom relacionamento entre os discentes com deficiência e seus colegas, mas em relação aos docentes, existem alguns que não se relacionam bem com os alunos com deficiência. Oliveira (apud OLIVEIRA, 2011), ao realizar uma pesquisa na Universidade Estadual de Londrina (UEL) em 2003, verificou, dentre outros, que os alunos com deficiência enfrentavam dificuldades nas relações

interpessoais envolvendo estes e os seus professores, assim como má vontade dos professores em atender suas necessidades educacionais específicas. 50% dos participantes se queixou da demora na entrega de materiais solicitados ao Núcleo de Acessibilidade da UFMA. 50% relatou que os docentes não utilizam adaptações curriculares e/ou recursos pedagógicos no processo ensino-aprendizagem, 40% disse que alguns professores utilizam e outros não e 10% enfatizou que os professores utilizam recursos como Braille e descrição de imagem. 60% dos participantes disse que os conhecimentos adquiridos em seus Cursos não eram suficientes para garantir seus ingressos no Mercado de Trabalho competitivo, devido às dificuldades de acesso aos conhecimentos formais socializados na Universidade. Nesse contexto, lembra-se de Machado (2008), ao enfatizar que existe uma distância entre as políticas que são proclamadas e a operacionalização destas nas instituições de ensino, bem como a importância de a Legislação, realmente, se fazer presente dentro das universidades, não como imposição, mas como processo de sensibilização, educação e prática transformadora, pois a lei por si só não garante a política de inclusão.

### Conclusões

Diante dos fatos, o que se percebe é a falta de operacionalização das Políticas Educacionais que visam a Inclusão de pessoas com deficiência na Educação Superior, bem como a carência de recursos humanos que possam concretizar as referidas Políticas. Faz-se urgente à implementação de projetos de ensino e de extensão dentro da Universidade, que tenham por objetivo promover a sensibilização do olhar e da escuta da comunidade acadêmica em relação aos alunos com deficiência, para que esta se torne verdadeiramente inclusiva.

### Referências

- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2008. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em: 8 out. 2014.
- MACHADO, E. V. Políticas públicas de inclusão no ensino superior. In: SOUZA, O. S. H. S. (Org.). **Itinerários da inclusão escolar**: múltiplos olhares, saberes e práticas. Porto Alegre: Ulbra, 2008. p. 44-53.
- OLIVEIRA, A. S. S. **Alunos com deficiência no ensino superior**: subsídios para a política de inclusão da UNIMONTES. 2011. 174 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.